OPHVE e pulseira eletrónica: um advogado criminal em Braga explica a medida A sigla OPHVE aparece em muitas conversas sobre processos-crime e deixa muita gente confusa. Significa obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica, e é aquilo a que se chama, de forma popular, pulseira eletrónica. É uma medida de coação que obriga o arguido a permanecer em casa, sob fiscalização à distância, e é muitas vezes a alternativa mais relevante à prisão preventiva. Um advogado criminal conhece bem o peso desta diferença. A OPHVE pode ser aplicada pelo juiz quando considera que há riscos que justificam uma medida forte, mas que podem ser acautelados sem prisão. O arguido mantém-se em casa, com a família, e em certos casos pode ser autorizado a sair para trabalhar ou para tratamentos médicos, nos termos fixados pelo tribunal. Para muitas famílias em Braga, esta medida faz a diferença entre manter alguma normalidade e ver a vida desabar.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para que a OPHVE seja viável, há condições práticas a verificar: uma morada estável, o consentimento de quem vive na casa quando necessário, e condições técnicas para a instalação do equipamento. Um advogado criminal em Braga prepara estes elementos com antecedência, de modo a que a proposta possa ser apresentada de forma concreta no primeiro interrogatório ou num pedido de revisão de medidas. Cumprir a medida com rigor é essencial. Saídas não autorizadas, atrasos ou tentativas de manipular o equipamento são detetados e podem levar ao agravamento das medidas de coação, incluindo a prisão preventiva. A defesa explica as regras de forma clara e acompanha o cumprimento, pedindo alterações quando a situação familiar ou profissional do arguido o justifique. Cada caso é analisado individualmente, porque as circunstâncias variam muito. Para a família que acolhe o arguido, a OPHVE também implica adaptações. A casa passa a ser o espaço advogado criminal onde o arguido cumpre a medida, há horários a respeitar e, por vezes, contactos com os técnicos responsáveis pela fiscalização. Convém que todos os que vivem na casa percebam as regras, para evitar situações que possam ser https://edwincyxl284.stonefielddigest.com/posts/jovens-arguidos-e-familias-o-apoio-de-um-advogado-criminal-em-braga interpretadas como incumprimento. O advogado explica estas regras à família com linguagem simples e esclarece as dúvidas que forem surgindo. A QUOR Advogados inclui a OPHVE entre as alternativas que analisa na sua área de prisão preventiva. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências e medidas de coação. Em Braga, o escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar. A consulta inicial custa 70€, presencial ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.